

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1929/2019-PGJ, DE 3.6.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder às Procuradoras de Justiça abaixo relacionadas férias compensatórias, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

| PROCURADORA DE JUSTIÇA | RECESSO/FERIADO FORENSE | PERÍODO TRABALHADO | PERÍODO DE GOZO |
|----------------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------|
| Ariadne de Fátima Cantú da Silva | 20.12.2017 a 6.1.2018 | 20 a 27.12.2017 | 22 a 26.7.2019 |
| Jaceguara Dantas da Silva | 22 a 31.12.2003 | 22 a 31.12.2003 | 30.9 a 25.10.2019 |
| | 20.12.2015 a 6.1.2016 | 20.12.2015 a 6.1.2016 | |
| | 20.12.2018 a 6.1.2019 | 20.12.2018 a 6.1.2019 | |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1967/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4117/2018-PGJ, de 5.12.2018, publicada no DOMP nº 1873, de 7.12.2018, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, referente ao 1º semestre de 2019, de forma que, onde consta:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS Cel.: 98478-2122 |
|-------------------------------------|---|
| 3 (18h01min) a 10.6.2019 (7h59min) | Ariadne de Fátima Cantú da Silva |
| 17 (18h01min) a 24.6.2019 (7h59min) | Sergio Luiz Morelli |

Passe a constar:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVO Cel.: 98478-2122 |
|-------------------------------------|--|
| 3 (18h01min) a 10.6.2019 (7h59min) | Sergio Luiz Morelli |
| 17 (18h01min) a 24.6.2019 (7h59min) | Ariadne de Fátima Cantú da Silva |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1930/2019-PGJ, DE 3.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 2 (dois) dias de compensação por ter coadjuvado perante a 11ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018, no dia 28.10.2018, a serem usufruídos nos dias 26 e 27.8.2019, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1926/2019-PGJ, DE 3.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTORES DE JUSTIÇA | PLANTÃO | DIAS DE GOZO |
|---------------------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| Adriano Lobo Viana de Resende | 28 e 29.3.2015 | 15 a 19.7.2019 |
| | 11 e 12.4.2015 | |
| | 9.5.2015 | |
| Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro | 12 e 13.1.2019 | 12 e 13.8.2019 |
| | 19 e 20.1.2019 | 9 e 10.12.2019 |
| Anthony Allison Brandão Santos | 14.7.2018 | 25.10.2019 |
| Claudia Loureiro Ocariz Almirão | 8, 10 e 11.12.2016 | 21 a 23.10.2019 |
| Érica Rocha Espindola | 5 e 7.12.2014 | 25 e 26.7.2019 |
| | 8.12.2014 | 10.10.2019 |
| Fabricio Secafen Mingati | 15.11.2017 | 5.7.2019 |
| Gustavo Henrique Bertocco de Souza | 5 e 6.5.2018 | 18 e 19.7.2019 |
| Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto | 12.6.2016 | 9.8.2019 |
| Luiz Gustavo Camacho Terçariol | 18, 19 e 20.11.2016; 4 e 5.3.2017 | 26 a 30.8.2019 |
| Marcelo Ely | 8.12.2014; 10 e 11.1.2015 | 17 a 19.6.2019 |
| Marcos Martins de Brito | 26 e 27.3.2016 | 26 a 30.8.2019 |
| | 2, 3 e 30.4.2016 | |
| Maurício Mecelis Cabral | 17, 18 e 19.12.2016 | 19 a 23.8.2019 |
| | 14 e 15.1.2017 | |
| | 28.1.2017 | 23.9.2019 |
| | 29.1, 25, 26 e 27.2.2017 | 16 a 19.12.2019 |
| Patrícia Almirão Padovan | 7, 8, 28 e 29.3 e 1º.5.2015 | 8 a 12.7.2019 |
| Pedro de Oliveira Magalhães | 1º e 2.4.2017 | 8 e 9.8.2019 |
| Thiago Barbosa da Silva | 2, 3, 4, 5 e 6.3.2019 | 1º a 5.7.2019 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1928/2019-PGJ, DE 3.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pela atuação no Mutirão do Júri, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016:

| PROMOTORES DE JUSTIÇA | DATA DA ATUAÇÃO | DIAS DE GOZO |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| Maurício Mecelis Cabral | 19.11.2018 | 20.9.2019 |
| Estéfano Rocha Rodrigues da Silva | 9 e 14.11.2017 | 18 a 22.11.2019 |
| | 3 e 5.4.2018 | |
| | 27.11.2018 | |
| Simone Almada Goes | 1º e 7.11.2017 | 12 a 16.8.2019 |
| | 2, 4 e 6.4.2018 | |
| | 5.11.2018 | 14.11.2019 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1927/2019-PGJ, DE 3.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTORES DE JUSTIÇA | PERÍODO DE PLANTÃO | DIAS DE GOZO |
|---|--------------------|----------------------------------|
| Bianka Karina Barros da Costa | 26.11 a 3.12.2018 | 15 e 16.8.2019 |
| Camila Augusta Calarge Doreto | 10 a 19.12.2018 | 15 a 17.7.2019 |
| Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah | 16 a 23.4.2018 | 15 a 17.7.2019 |
| | 19 a 26.11.2018 | 18 e 19.7.2019 |
| Cristiane Mourão Leal Santos | 15 a 20.2.2018 | 22 a 26.7.2019 |
| | 4 a 10.4.2018 | |
| | 9 a 15.5.2018 | |
| Daniela Araujo Lima da Silva | 16 a 23.1.2019 | 19.12.2019 |
| Daniela Cristina Guiotti | 4 a 11.6.2018 | 18 e 19.7.2019 |
| Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos | 3 a 10.12.2018 | 6.9.2019 |
| | | 4.11.2019 |
| Fabricio Proença de Azambuja | 2 a 9.7.2018 | 25 a 27.9.2019 |
| | | 7.10.2019 |
| João Linhares Júnior | 26.4 a 3.5.2017 | 3 a 5.7.2019 |
| | 17 a 24.5.2017 | 22 a 26.7.2019 |
| | 13 a 20.9.2017 | |
| Jui Bueno Nogueira | 31.1 a 7.2.2018 | 24 a 28.6.2019 e 8 a 12.7.2019 |
| | 28.3 a 4.4.2018 | |
| | 20 a 27.6.2018 | |
| Juliane Cristina Gomes | 19 a 26.2.2018 | 7 a 10.10.2019 |
| | 24.9 a 1º.10.2018 | |
| Julio Bilemjian Ribeiro | 4 a 11.9.2017 | 9 a 13.12.2019 e 18 e 19.12.2019 |
| | 26.3 a 2.4.2018 | |
| Luz Marina Borges Maciel Pinheiro | 18 a 25.9.2017 | 7 a 10.10.2019 |
| | 9 a 16.4.2018 | |
| Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa | 14 a 21.1.2019 | 27 e 28.8.2019 |
| Plinio Alessi Junior | 25 a 30.4.2018 | 22 a 26.7.2019 |
| | 5 a 12.11.2018 | 8 e 9.8.2019 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1945/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

| PROMOTORES DE JUSTIÇA | PLANTÃO | DIAS DE GOZO |
|----------------------------|-----------------|--------------------|
| Thiago Barbosa da Silva | 13 e 14.5.2017 | 5, 6 e 7.6.2019 |
| | 10.6.2017 | |
| William Marra Silva Junior | 24.7.2016 | 17, 18 e 19.6.2019 |
| | 22 e 23.10.2016 | |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1941/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

| ZE | PROMOTOR DE JUSTIÇA | PERÍODO | MOTIVO | TITULAR |
|-----|------------------------------------|------------------|-------------|-------------------------------|
| 6ª | Wilson Canci Junior | 3 a 7.6.2019 | Compensação | Edival Goulart Quirino |
| | | 10 a 19.6.2019 | Férias | |
| 7ª | Marcos Martins de Brito | 24 a 30.6.2019 | Férias | Ludmila de Paula Castro Silva |
| 8ª | Candy Hiroki Cruz Marques Moreira | 3 a 12.6.2019 | Férias | Fernando Martins Zaupa |
| 12ª | Victor Leonardo de Miranda Taveira | 24.6 a 13.7.2019 | Férias | Marcos André Sant’Ana Cardoso |
| 16ª | Estéfano Rocha Rodrigues da Silva | 10 a 19.6.2019 | Férias | Simone Almada Goes |
| 54ª | Luiz Eduardo Lemos de Almeida | 10 a 19.6.2019 | Férias | Pedro Arthur de Figueiredo |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1946/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sete Quedas, Gilberto Carlos Altheman Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial da comarca de Iguatemi, no período de 5 a 7.6.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1950/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 27 e 28.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1951/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 27 e 28.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1952/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 29 a 31.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1954/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 3 a 12.6.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1955/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 30º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcos Alex Vera de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 10ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no dia 6.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1961/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e suspender, no dia 22.5.2019, as férias concedidas pela Portaria nº 1719/2019-PGJ, de 20.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1964/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22 a 28.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 151, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e tornar sem efeito a Portaria nº 1778/2019-PGJ, de 22.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1965/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva 30 (trinta) de licença para tratamento de saúde, a partir de 6.5.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1983/2019-PGJ, DE 5.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 1856/2019-PGJ, de 29.5.2019, que convocou membros e servidores para participarem do evento “Revisando a Estratégia”:

● Membros:

1. Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
2. Luciano Bordignon Conte
3. Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro
4. Paulo Henrique Mendonca de Freitas

● Servidores:

1. Edna de Barros Manzoni
2. Flavia Alessandra de Freitas Magalhães
3. Kalyanna Arar Falcão Rissato
4. Sydnei Ferreira Ribeiro Junior
5. Widya Carla Ribeiro da Fonseca Oshiro

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1966/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 120 (cento e vinte) dias de licença à gestante, a partir de 24 de maio de 2019, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 139, inciso V, e 153, *caput* e § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6 de julho de 2011, c/c o artigo 56 da Lei Estadual nº 3.150, de 22 de dezembro de 2007; e suspender, a partir da referida data, a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, com a redação dada pelas Portarias nº 152/2019-PGJ, de 18.1.2019, e nº 1380/2019-PGJ, de 23.4.2019, na parte que lhe concedeu o 1º período de férias, que seriam usufruídas de 14.5 a 2.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1962/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar estabilidade às servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo relacionadas, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

| SERVIDORA | CARGO | A PARTIR DE |
|---------------------------|-----------|-------------|
| DANIELA SAAB NOGUEIRA | TÉCNICO I | 12.5.2019 |
| JÉSSICA CARLI DE OLIVEIRA | TÉCNICO I | 6.5.2019 |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1963/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a progressão funcional às servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominadas, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013.

| CARGO: TÉCNICO I - MPTE-201 | | PROGRESSÃO FUNCIONAL | | |
|-----------------------------|--------|----------------------|-------------|--|
| SERVIDORA | CLASSE | PADRÃO | A PARTIR DE | |
| DANIELA SAAB NOGUEIRA | C | 2 | 12.5.2019 | |
| JÉSSICA CARLI DE OLIVEIRA | C | 2 | 6.5.2019 | |

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1944/2019-PGJ, DE 4.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1616/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0060/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000605-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 21 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0072/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00005868-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 31 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0073/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00005969-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 31 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0075/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00006085-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 31 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0077/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00006049-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 31 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0078/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00005271-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 03 de junho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1970/2019-PGJ, DE 5.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares às servidoras abaixo nominadas, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

| NOME | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
|------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|---------------|----------------------|
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Cláudia Lávnia Addor Fischer | 2017/2018 | 10 a 19.7.2019 | 7 a 16.1.2020 | | 22 a 31.7.2019 |
| Marluci Dutra da Silva | 2017/2018 | 24.6 a 3.7.2019 | 14 a 23.10.2019 | 7 a 16.1.2020 | |

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1980/2019-PGJ, DE 5.6.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora abaixo nominada, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

| NOME | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO | | | PERÍODO DE CONVERSÃO |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------------|------------|------------|----------------------|
| | | 1º PERÍODO (ou integral) | 2º PERÍODO | 3º PERÍODO | |
| Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa | 2017/2018 | 22.7 a 20.8.2019 | | | |

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 11/2019/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º, inciso IX do art. 15, e inciso I do art. 63, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e conforme decisão do Colégio de Procuradores de Justiça proferida nos autos do Processo PGJ/10/3280/2014, em reunião ordinária realizada no dia 11.12.2014, comunica, aos Promotores de Justiça de **primeira entrância** que, dentro do prazo de **CINCO DIAS**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à **promoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, segunda entrância**.

Campo Grande, 5 de junho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2019.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:**

7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte Portaria: Portaria nº 1575/2019-PGJ, de 7.5.2019. Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Direito Civil”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo prazo inicial de 3 (três) dias, a partir de 13.5.2019, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou a referida Portaria.

7.1.2. Promoção:**1. Processo PGJ/10/1847/2019**

Expediente: Aviso nº 9/2019/CSMP, de 26.4.2019, publicado no DOMP/MS nº 1957, de 29.4.2019.

Assunto: Promoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, segunda entrância.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker para promoção pelo critério de antiguidade para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, segunda entrância, e ainda, concordou que sua promoção seja efetivada na Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso, comarca em que é titular, com base no art. 81, §1º da Lei Complementar nº 72/94.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003582-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Apurar se a Administração Pública Municipal dispõe atualmente de controle patrimonial eficiente e, em caso negativo, recomendar e acompanhar a sua implementação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR SE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DISPÕE DE CONTROLE PATRIMONIAL EFICIENTE E, EM CASO NEGATIVO, RECOMENDAR E ACOMPANHAR A SUA IMPLEMENTAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - PERDA DO OBJETO - IRREGULARIDADES SANADAS - ARQUIVAMENTO COM RESOLUTIVIDADE. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que as irregularidades foram devidamente sanadas, mediante melhora no controle patrimonial municipal com a contratação de mais servidores e realização adequada dos inventários municipais.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000615-0

Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Água Clara

Assunto: Apurar possíveis irregularidades decorrentes do contrato nº 13/2015, que sucedeu procedimento licitatório visando à realização de pavimentação asfáltica da avenida Benevenuto Ottoni.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ÁGUA CLARA - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA BENEVENUTO OTTONI, NA CIDADE DE ÁGUA CLARA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que não foram constatadas quaisquer irregularidades ou ato que possa configurar improbidade administrativa, mediante enriquecimento ilícito, dano ao erário ou violação aos princípios administrativos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000106-1

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: DETRAN/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo DETRAN-MS, concernente ao Edital de Leilão O-02/2015 SUCATA - CAMPO GRANDE.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO, EM TESE, PELO DETRAN-MS, CONCERNENTE AO EDITAL DE LEILÃO O-02/2015 SUCATA - CAMPO GRANDE, AO DISPOR NO ITEM 7 "PODERÃO PARTICIPAR DO LEILÃO PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (...)", O QUE ESTARIA EM DISCORDÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 12.977/2014 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – ATUAÇÃO COM RESOLUTIVIDADE – POSTURA ATIVA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO PARA CUMPRIR A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que, após ser cientificado da irregularidade, o Detran-MS suspendeu o procedimento que deu ensejo a esta investigação (Edital de Leilão), além de promover medidas para cumprir a legislação vigente quanto ao cadastramento de empresas visando o leilão de sucatas.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000381-5

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta atuação ineficiente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, no período entre janeiro de 2014 a julho de 2015, conforme relatório da Controladoria-Geral da União.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA INEFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FALTA DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS NO SETOR – ADEQUAÇÃO DAS IRREGULARIDADES NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. Promoção de arquivamento homologada, considerando que, após a intervenção do Órgão de Execução, foram empreendidas medidas por parte do Poder Público a fim de melhorar os recursos humanos e materiais inerentes ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000457-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar supostas irregularidades na Concorrência nº 051/2012 (fls. 72 e ss.) constatadas no Relatório de Fiscalização em Municípios da Controladoria Geral da União, consistentes na restrição à competitividade da concorrência nº 051/2012 tendo como fato a fiscalização inerente ao Termo de Compromisso (TC) nº 202.094/2011 celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE) e a Prefeitura Municipal de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONCORRÊNCIA Nº 051/2012, CUJO OBJETO CONSISTIA NA CONSTRUÇÃO DO CEINF "VILA NASSER" – OBRA REALIZADA COM VERBAS ORIUNDAS DO FNDE – PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO COM MESMO OBJETO ARQUIVADO PELO MPF, MEDIANTE A CONCLUSÃO DE INEXISTÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO USO DO NUMERÁRIO DA UNIÃO – PRÉ-EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO NO ÂMBITO DESTA INSTITUIÇÃO, VISANDO APURAR OBRAS EM CEINF'S DA CAPITAL - ATUAÇÃO JUDICIAL DO PARQUET ESTADUAL. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que o MPF, órgão com atribuição para a fiscalização das verbas utilizadas, concluiu sobre a ausência de prática de ato de improbidade atinentes ao uso do numerário oriundo da União, aliada à atuação judicial do Ministério Público Estadual a fim de impingir a conclusão da obra do Ceinf Vila Nasser, não existem motivos aptos a sustentar a continuidade da presente atuação extrajudicial, sendo o arquivamento medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000902-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em nomeações indevidas de Guardas Municipais para cargos de confiança junto à Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social, sendo ainda alguns dos guardas nomeados aposentados e outros em gozo de atestado psicológico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM NOMEAÇÕES INDEVIDAS DE GUARDAS MUNICIPAIS PARA CARGOS DE CONFIANÇA JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL, SENDO AINDA ALGUNS DOS GUARDAS NOMEADOS APOSENTADOS E OUTROS EM GOZO DE ATESTADO PSICOLÓGICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que não foram constatadas quaisquer irregularidades ou ato que possa configurar improbidade administrativa, mediante enriquecimento ilícito, dano ao erário ou violação aos princípios administrativos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003233-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidades na contratação de aluguel de lousas digitais pelo Município de Naviraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE LOUSAS DIGITAIS – INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO APTOS A SUBSIDIAR A AVENTADA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, considerando que os elementos de informações produzidos nos autos apontam que o valor empregado para o aluguel das lousas digitais interativas estava dentro da média de preços praticado pelo mercado pertinente. Além disso, inexiste nos autos subsídios de que a atuação do gestor público culminou na prática de ato de improbidade administrativa, sobretudo ante a não aferição da intenção de subversão da finalidade administrativa, mediante dolo ou má-fé, consoante exige o entendimento jurisprudencial pátrio.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000517-9**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde – Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas condutas de servidores da Coordenadoria de Controle de Endemia Vetoriais da Secretaria Municipal de Saúde Pública deste Município.

EMENTA: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA CONDUTA DOS SERVIDORES NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - CUMPRIMENTO DA RECOMENDAÇÃO - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO. Restou comprovado nos autos que o ato inquinado não foi capaz de configurar ato de improbidade administrativa. Contudo, a atuação ministerial demonstrou resolutividade, pois a irregularidade decorrente da cumulação de cargo no âmbito da Secretaria de Saúde já fora sanada, as demais irregularidades contidas na denúncia não foram comprovadas e a administração pública acolheu *in totum*, a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual. Desse modo, impõe-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000783-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em procedimento licitatório e contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos.

EMENTA - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM - APURAR IRREGULARIDADES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS - AUSÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO E CONTRATAÇÃO REALIZADAS SEM MÁCULAS - VISTORIA REALIZADA PELO DAEX - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO MUNICIPAL - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO- HOMOLOGAÇÃO. O presente procedimento teve seu objeto alcançado, pois não foram encontradas irregularidades no processo licitatório nem na contratação das empresas de lavagem de veículos, vez que suas contratações obedeceram aos ditames licitatórios legais. Ademais, não se vislumbrou superfaturamento nos valores contratados, vez que os mesmos foram fixados para pagamento à prazo, e não à vista, razão pela qual o DAEX não apurou a presença de prejuízo efetivo ao erário público municipal de Coxim. Desse modo, observa-se que não há razão para continuidade das investigações, impondo-se o arquivamento dos autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000422-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santo Antônio – Luiz Maragno

Assunto: Apurar possível degradação ambiental, consistente na exploração de vegetação nativa, sem autorização ambiental no imóvel rural denominado

Fazenda Santo Antônio, de propriedade de Luiz Maragno, no município de Nioaque/MS.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS - APURAR REGULARIDADE AMBIENTAL - FAZENDA SANTO ANTÔNIO - SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DOS TACS - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TACS celebrados entre as partes envolvidas, e, já foi instaurado o

Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002979-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Néri Teixeira da Rosa

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,57 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na propriedade identificada por CARMS n. 47.820, situada em Coxim, pertencente a Néri Teixeira da Rosa.

EMENTA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM-MS – IRREGULARIDADES AMBIENTAIS - ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA - LOTE 1 - SUPRIMENTO VEGETAL DE 1,57 HÁ - REGENERAÇÃO NATURAL - CONSTATAÇÃO DE ACRÉSCIMO DE MATA NATIVA AO LOTE - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO - CLÁUSULAS DE NATUREZA INIBITÓRIA - IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO. Restou comprovado nos autos que as medidas necessárias para devida proteção ambiental no referido imóvel rural foram devidamente realizadas, vez que, apesar de ter sido constatada a supressão vegetal de pequena monta, houve a regeneração natural da vegetação, ocasionando um acréscimo de mata nativa na referida propriedade. Também, fora firmado um TAC entre as partes, contendo cláusulas inibitórias voltadas contra a prática ou continuação de ilícito ambiental, não havendo razão para o prosseguimento do feito, vez que o imóvel rural encontra-se em conformidade com a legislação ambiental em vigor e o arquivamento é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002517-2 - SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta a pedido do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000472-9

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível enriquecimento ilícito e patrimônio incompatível de servidores públicos, políticos e empresários de Campo Grande/MS.

EMENTA - INQUÉRITO CIVIL - 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - SERVIDORES PÚBLICOS - DENÚNCIA APÓCRIFA - APURAR POSSÍVEL ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS COMPROVA ENRIQUECIMENTO COMPATÍVEL COM A RENDA DOS DENUNCIADOS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVO NÃO CARACTERIZADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Considerando que o objetivo do Inquérito Civil foi alcançado, pois restou comprovado nos autos através dos documentos coligidos nos autos, mormente, através das matrículas dos imóveis e de veículos, das informações do COAF- Conselho de Atividades Financeiras e das informações oriundas do Portal da Transparência que os bens encontrados em nome dos servidores públicos investigados eram compatíveis com a renda de ambos, pois todos eles percebem altos valores de remuneração com a realização de suas atividades laborais, as quais são exercidas de maneira aparentemente lícita, sendo tais pessoas fiscais de estado, engenheiros e médicos, não havendo que se falar em evolução patrimonial indevida ou qualquer outro ato de improbidade administrativa perpetrado pelos mesmos. Desse modo, tem-se que o arquivamento desse feito é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000220-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luciano Bassan

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Paraíso (Operação “ Cachorro-Vinagre”).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO -

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ nº 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução nº 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001093-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desmatamento de 4,00 ha ocorrido em propriedade rural ainda não identificada, localizada no município de Nioaque/MS, conforme Parecer nº 133/16/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - SUPOSTO DESMATAMENTO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme Parecer encaminhado pelo NUGEO, o desmatamento anteriormente constatado possuía autorização do órgão ambiental competente, inexistindo desse modo, dano ambiental a ser reparado. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000378-1

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização do Governo de MS (Gestão 2011/2014), Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (Gestão 2011/2014).

Assunto: Apurar irregularidades na Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização do Governo de MS, gestão 2011-2014, quanto a falha na qualidade de gestão administrativa, com a implantação do Sistema Universal RH, utilizado para integrar informações concernentes à gestão de pessoal e elaboração de folha de pagamento, que teria se mostrado ineficiente, gerando riscos e reclamações, em desarmonia com o princípio administrativo da eficiência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - FALHA NO SISTEMA UNIVERSAL RH DE DADOS – MERA IRREGULARIDADE QUE FOI SANADA - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme informações prestadas pela gestão atual do Governo do Estado, o Sistema Universal RH apresentou falhas durante o período de implantação devido a adaptação e migração de dados do sistema antigo para o novo. Ficou demonstrado, ainda, que no presente ano o sistema já se encontra em pleno funcionamento, não havendo registros de reclamação ou eventuais falhas. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001441-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Recicla Vida

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado pela empresa Recicla Sidro, em razão de atividade de reciclagem sem o devido licenciamento ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - EMPRESA DE RECICLAGEM SEM LICENÇA AMBIENTAL - DANO AMBIENTAL – NÃO COMPROVAÇÃO – AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO – INTERDIÇÃO DO EMPREENDIMENTO ATÉ A REGULARIZAÇÃO PERANTE OS ÓRGÃOS COMPETENTES – IRREGULARIDADE SANADA ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante vistorias realizadas pela Polícia Militar Ambiental e pelo DAEX, não se comprovou a ocorrência de dano ambiental no local. Entretanto, devido à ausência da documentação pertinente, houve a interdição da empresa até a sua regularização perante os órgãos

competentes. Ademais, no tocante a irregularidade anteriormente constatada, a Polícia Militar Ambiental aplicou multa administrativa à proprietária, bem como houve comunicação à Polícia Civil para a instauração do Termo Circunstanciado de Ocorrência para apurar eventual prática do crime previsto no art. 60 da Lei nº 9.605/81. Assim, constata-se que as irregularidades foram sanadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003157-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente na supressão de 304,87 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, sem a devida autorização do órgão ambiental, noticiados no auto de infração nº 9145958 do IBAMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – BIOMA PANTANAL - SUPRESSÃO VEGETAL SEM LICENÇA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - OBRIGAÇÕES QUE DEMANDAM FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevivendo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes para a compensação ambiental dos danos causados, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, exsurge imponente o convencimento da inexistência de plausibilidade para a manutenção do apuratório de origem. Primeiro, porque se o TAC resolveu todos os problemas investigados, sua lavratura, por si só, será motivo jurídico bastante para fundamentar a promoção de arquivamento. Ao depois, porque em caso de eventual descumprimento, caberá ao órgão ministerial a quo executar o título constituído. Enfim, porque ausente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco assaz a justificar a tutela coletiva de cognição.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001734-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar danos ambientais noticiados pelos autos de infração n. 20717 e 20716 da PMA, ambos ocorridos na fazenda Pinta Verde, sob as coordenadas 21°20'12.46" - w 55°50'54.9".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – PROVOCAÇÃO DE INCÊNDIO E DESTRUIÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO - COMPENSAÇÃO FLORESTAL E FINANCEIRA - OBRIGAÇÕES QUE DEMANDAM FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevivendo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação dos danos causados ao meio ambiente, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, exsurge imponente o convencimento da inexistência de plausibilidade para a manutenção do apuratório de origem. Primeiro, porque se o TAC resolveu todos os problemas investigados, sua lavratura, por si só, será motivo jurídico bastante para fundamentar a promoção de arquivamento. Ao depois, porque em caso de eventual descumprimento, caberá ao órgão ministerial a quo executar o título constituído. Enfim, porque ausente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco assaz a justificar a tutela coletiva de cognição.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002856-9

7ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria e Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual responsabilidade dos Municípios de Três Lagoas e Selvíria no acolhimento institucional de pessoas portadoras de deficiência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - OMISSÃO DO ESTADO - IRREGULARIDADES SANADAS – CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO -

AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os entes públicos requeridos atenderam, na *démarche* inquisitorial, às providências reclamadas para regularização dos serviços destinados ao acolhimento institucional de pessoas portadoras de necessidades especiais em situação de dependência, esvaziando, por completo, a pretensão objeto do apuratório, exsurge imponente o perecimento superveniente do interesse de agir do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000326-0

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa Portadora de Deficiência da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de falta de acessibilidade, em razão da inexistência de vaga de estacionamento reservada às pessoas portadoras de necessidades especiais, nas proximidades da igreja localizada na praça central desta cidade de Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - GARANTIAS CONSTITUCIONAIS - PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - RESERVA DE VAGAS EM ESTACIONAMENTO - ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO ENTE PÚBLICO PARA GARANTIR O PLENO DIREITO DE ACESSIBILIDADE - CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente público requerido atendeu, na *démarche* inquisitorial, às providências reclamadas para assegurar o direito de acessibilidade plena a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a instituição de vagas de estacionamento reservadas no logradouro público, esvaziando, por completo, a pretensão objeto do apuratório, exsurge imponente o perecimento superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001208-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a degradação ambiental de área de preservação permanente localizada na Fazenda Recanto, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Eurípes Soares Marques.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - DESTRUIÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO - COMPENSAÇÃO FLORESTAL E FINANCEIRA - OBRIGAÇÕES QUE DEMANDAM FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes ao reestabelecimento *in integrum* do bem ambiental lesado, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, exsurge imponente o convencimento da inexistência de plausibilidade para a manutenção do apuratório de origem. Primeiro, porque se o TAC resolveu todos os problemas investigados, sua lavratura, por si só, será motivo jurídico bastante para fundamentar a promoção de arquivamento. Ao depois, porque em caso de eventual descumprimento, caberá ao órgão ministerial *a quo* executar o título constituído. Enfim, porque ausente prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco ao meio ambiente assaz a justificar a tutela coletiva de cognição.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000112-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar a regularidade da inserção da frase "União e Trabalho" nos uniformes escolares por parte do Município de Camapuã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - UTILIZAÇÃO DE SLOGAN DE CAMPANHA EM UNIFORME ESCOLAR - PROMOÇÃO PESSOAL - VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RECOMENDAÇÃO ATENDIDA – IRREGULARIDADES SANADAS - DOLO NÃO EVIDENCIADO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO - ARQUIVAMENTO

- HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o agente público requerido, tão logo advertido de que seu comportamento estava em desconformidade com a Lei, acatou a recomendação ministerial e promoveu a regularização da situação vergastada, sem que tenha remanescido sobressalente vontade consciente e dirigida à vulneração da norma ou dos predicados éticos que norteiam a Administração Pública, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003068-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretária Municipal de Educação

Assunto: Apurar eventual nepotismo na Secretaria Municipal de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - NEPOTISMO - DENÚNCIA ANÔNIMA - UNIÃO ESTÁVEL NÃO COMPROVADA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente o vínculo de união estável conjecturado pelo denunciante anônimo, assaz a caracterizar nepotismo na ambiência do Poder Executivo municipal, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000762-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Délia Godoy Razuk e Renato Oliveira Garcez Vidigal

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, em decorrência da ausência de repasse de verbas pelo Município de Dourados ao Hospital Universitário/HUGD.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - ATRASO NA TRANSFERÊNCIA DE SUBVENÇÃO VINCULADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - REPASSES NORMALIZADOS - DEMORA JUSTIFICADA - AUSÊNCIA DE DOLO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO - FALTA DE JUSTA CAUSA - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os repasses atrasados foram regularizados, à míngua da remanescência de omissão deliberada passível de responsabilização, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003342-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar eventual existência de irregularidades no cumprimento da carga horária da servidora Anderlourdes Aparecida, a qual, além de presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, também é professora da rede municipal de educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - CUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO – DENÚNCIA ANÔNIMA DESPROVIDA DE SUPORTE FÁTICO MÍNIMO - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. A delação anônima, enquanto fonte única de informação, não constitui fato que se mostre suficiente para legitimar, de modo autônomo, a instauração de procedimentos estatais. O seu recebimento autoriza apenas uma investigação preambular no sentido de apurar a verossimilhança do alegado. As suspeitas, por si sós, não são mais que sombras; não possuem estrutura para dar corpo à prova da autoria. Nessa toada, falta justa causa para a intervenção do Ministério Público se a documental instrutora do feito não assegura a realidade fática narrada em representação apócrifa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000862-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Averiguar eventuais impactos ambientais de execução do projeto de drenagem de águas pluviais no loteamento Jardim Morumbi II, localizado em Glórias de Dourados.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001149-0 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001083-5 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000684-5 - SIGILOS

Procuradoria-Geral de Justiça

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000039-5 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.0000867-3 – SIGILOS

50ª Promotoria da Comarca da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001935-9

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar falta de vagas em creches do Município de Paranhos-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR FALTA DE VAGAS EM CRECHES DO MUNICÍPIO DE PARANHOS-MS - OBJETO ESGOTADO – IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente constatadas foram sanadas, uma vez que a administração municipal de Paranhos promoveu a criação de novas vagas nas creches municipais a fim de melhor atender à população. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001414-9

31ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Sindicato dos Instrutores e Funcionários de Centros de Formação de Condutores do Estado de Mato Grosso do Sul (SINDIF/MS)

Requerido: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS

Assunto: Apurar eventual favorecimento ilícito a alguns Centros de Formação de Condutores e ao Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Estado de Mato Grosso do Sul (SINDCFC/MS), em desrespeito a Resolução 358/2010 do CONTRAN.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL FAVORECIMENTO ILÍCITO A ALGUNS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES E AO SINDICATO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (SINDCFC/MS), EM DESRESPEITO A RESOLUÇÃO 358/2010 DO CONTRAN - OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foi constatado favorecimento ilícito aos Centros de Formação de Condutores apontados pelo denunciante e ao Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Estado de Mato Grosso do Sul por parte do DETRAN/MS,

bem como não se observou omissão do órgão no seu dever de fiscalização aos Centros de Formação de Condutores. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000279-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano causado ao meio ambiente no Lote 34 do Assentamento São José do Jatobá, em Paranhos/MS, em razão da destruição de fração de vegetação nativa sem a documentação necessária emitida por órgão ambiental, de acordo com a legislação ambiental vigente.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE NO LOTE 34 DO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO JATOBÁ, EM PARANHOS/MS, EM RAZÃO DA DESTRUIÇÃO DE FRAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA EMITIDA POR ÓRGÃO AMBIENTAL, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 9/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta TAC com o compromissário. Nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001261-5 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância ao Enunciado nº 9/CSMP. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 5 de junho de 2019

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 16/2019/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001188-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Paraíso das Águas e Pró - I9 Engenharia & Construção Ltda.-ME - Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas Dispensas de Licitações nº 203/2017 e nº 200/2017, realizadas pelo Poder Executivo de Paraíso das Águas/MS, que podem configurar, em tese, atos de improbidade administrativa.

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000185-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Thiago Barros Xavier - Assunto: Apurar possível desmatamento de 2,90 ha, ocorrido na Estância Teodora.

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000175-1 - 49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual irregularidade no convênio firmado entre a Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul e a Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul, no ano de 2017.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002051-1 - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Anaurilândia - Requerente: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Anaurilândia - Requerida: Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS - Assunto: Apurar suposta desídia do poder executivo municipal de Anaurilândia/MS em decorrência da negligência na arrecadação de tributos municipais. Advogado e Procurador do Município Luiz Carlos Galindo Júnior.

5) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002527-2 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

6) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003503-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL - Assunto: Apurar questões relativas acerca dos impedimentos da instalação do esgotamento sanitário no Loteamento Bela Vista da Lagoa, por parte da Sanesul.

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001593-3 - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande Santa Casa e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - Assunto: Apurar se há insuficiência de profissionais que atuam no serviço de cirurgia torácica no Hospital Santa Casa.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002723-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Pio Barbosa - Assunto: Apurar o desmatamento de duas áreas somando 12,10 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na fazenda São Ramão, de propriedade de João Pio Barbosa, conforme Parecer nº 503/17 do NUGEO.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003227-3 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS, Secretaria de Assistência Social de Anaurilândia/MS - Assunto: Apurar o descumprimento da quantidade mínima da composição da equipe básica do CREAS do município de Anaurilândia/MS, considerada unidade de pequeno porte, nos termos do NOB/RH/SUAS/2009.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000774-1 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001301-0 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim. Advogado Flávio Garcia da Silveira, OAB/MS nº 006.742.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001171-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de show gospel pelo município de Bandeirantes/MS.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003179-6 - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no fechamento/desativação da UBS Bernardina Antônia de Souza, na área rural de Laguna Carapã.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002354-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: MGF Construções Ltda.-ME, Advogado Marlon Nogueira Miranda, OAB/MS nº 015.674, Aluízio Comekti São José, Advogado: Douglas Wagner Van Spitzenbergen, OAB/MS 011.822 e o Advogado e Procurador do Município Flávio Garcia da Silveira, OAB/MS nº 006.742 - Assunto: Apurar possível favorecimento do município de Coxim à empresa MGF Construções Ltda.-ME.

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001367-6 (Sigiloso)- 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. Procurador-Geral do Município o Advogado Júlio César Pereira da Silva, Procuradora do Município Advogada Bruna Santos Assad. (IC nº 27/2016, migrado para o SAJMP).

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000340-5 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002728-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Antônio João/MS - Assunto: Apurar a adequação das contratações temporárias de servidores, bem como à criação e provimento de cargos e funções em comissão, instituição de controle de jornada de trabalho eficiente, instituição da Procuradoria Jurídica e implantação e regulamentação de órgão que exerça controle interno no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Antônio João/MS.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000125-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Denúncia anônima - Requeridos: Gregório Otoni de Camargo e o Secretário Municipal de Saúde - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no não comparecimento ao expediente regular do serviço público por parte de dentista municipal, o investigado Gregório Otoni de Camargo, e a suposta conivência do Secretário Municipal de Saúde, Arthur Barbosa de Souza.

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003560-4 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidade quanto ao funcionamento e ao abuso de sinais acústicos por parte do estabelecimento comercial denominado “Bar Varandão”.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001081-3 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Nidal Abdul - Requerido: Rádio Clube - Assunto: Apurar a ocorrência de eventual lesão ao patrimônio histórico e cultural, bem como possíveis irregularidades ambientais no Rádio Clube Cidade. Advogado Carlos A.J. Marques, OAB/MS nº 4.862.

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000650-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Polícia Militar Corregedoria-Geral - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a prática de improbidade pelo Policial Militar Mariosval de Souza.

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000518-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda - Assunto: Apurar a prática, em tese, de ato de improbidade administrativa, tendo em vista a inexistência de publicação, pelo município de Miranda, dos avisos de licitação dos pregões nº 001, 002, 003 e 004/2017, com consequente desrespeito ao princípio constitucional da publicidade.

5) Inquérito Civil nº 06.2017.00001504-8 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara. Advogado e Procurador do Município Luiz Lúcio da Silva Neto, OAB/MS nº 18.449.

6) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002867-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002634-9 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marinete Vasconcelos Bernardi-ME - Assunto: Apurar irregularidades supostamente cometidas pela empresa Marinete Vasconcelos Bernardi-ME, no fornecimento de alimentação aos presos da Delegacia de Polícia Civil de Água Clara/MS. (IC nº 05/2016, migrado para o SAJMP).

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002733-7 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a situação do aterro (clandestino) na Estrada Pesqueiro Nipon, em Campo Grande/MS.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001240-7 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Projeto de Assentamento Estrela, em Jaraguari/MS. Advogada Larissa Pierezan, OAB/MS nº 11269.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002462-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade na construção de ondulações transversais pelo Poder Executivo de Bandeirantes/MS.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000535-8 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Amorim & Amorim Óticas Ltda., - Óticas Paraty - Assunto: Visa firmar termo de ajustamento de conduta com a empresa Amorim & Amorim Óticas Ltda. (Óticas Paraty).

5) Inquérito Civil nº 06.2017.00002418-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fundação Estatal de Saúde do Pantanal - FESP e o município de Coxim - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de servidores por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público da Fundação Estatal de Saúde do Pantanal - FESP, administradora do Hospital Regional de Coxim, face a Lei Complementar nº 102/2009. Advogados e Procuradores do Município Viriato da Cruz Bandeira Filho e Flávio Garcia da Silveira, OAB/MS nº 006.742.

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000910-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Afonso Celso Sodré Sampaio - Requeridos: Aluizio Cometki São José, Eliezer Ferreira da Silva e o município de Coxim - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da suposta inércia das autoridades do município de Coxim em efetivar a necessária manutenção da ponte de madeira sobre o Riacho Corguinho, mesmo cientes de seu estado de precariedade.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000571-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: José Ricardo Pereira Cabral e Marcia Garcia de Freitas Cabral - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais em razão da supressão vegetal em área de preservação permanente (Auto de infração nº 16047), bem como a supressão de 25 (vinte e cinco) árvores da espécie aroeira sem autorização do órgão ambiental competente (Auto de Infração nº 16048), ambos na fazenda Rio Miranda, localizada no município de Bonito/MS. (IC nº 11/2017, migrado para o SAJMP).

3) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002953-5 - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor - CAOPJCon - Requerido: Auto Posto Universal Ltda. - Assunto: Averiguar eventuais irregularidades quanto a falta de licença de operação válida ou documento equivalente, falta de alvará de funcionamento e ausência de adequações de segurança, conforme Lei Estadual nº 4335/2013, por parte da sociedade empresária Auto Posto Universal Ltda.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000474-4 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho. Advogados: Marcelo Antonio Balduino e Caio Afonso Zandona de Lima.

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00002303-7 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003465-0 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Vivo S/A - Assunto: Apurar eventual ineficiência dos serviços de telefonia móvel prestados pela operadora Vivo S/A. (IC nº 44/2014, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001445-3 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Advogados: Flávio Garcia da Silveira, OAB/MS nº 6742), Darci Cristino de Oliveira, OAB/MS nº 007313, Pedro Ronny Argerin, OAB/MS nº 004883.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001936-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rumo Malha Norte S/A - Assunto: Apurar eventual incêndio provocado para controle de vegetação às margens da malha férrea - km 182-186. Advogados: Ary de Souza Vasco Junior, OAB/MS nº 21.151, Vânia Lopacinski, OAB/PR nº 55.353, Marise Hosomi Spitzack, OAB/SP nº 174.912, Luiz Fernando Hnery Sant'Anna, OAB/SP nº 91.805 e Giovana R. Cavalari, OAB/SP nº 406.614.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001815-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Giantomaso - Assunto: Apurar a notícia desmatamento em área de preservação permanente do rio Coxim, neste Município, devido à realização de obras pelo requerido, sem autorização ambiental. Advogados: Newton Barbosa, OAB/MS nº 1951, Guilherme Barbosa de Andrade, OAB/MS nº 20.068. (IC nº 16/2014, migrado para o SAJMP).

6) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002525-0 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002236-4 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002820-3 - Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acesso a imóvel rural por meio de via pública municipal, bloqueado por terceiros. Advogado Dionísio Aparecido Terçarioli, OAB/SP nº 124.806.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003310-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: 29ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - Requerido: Município de Jaraguari - Assunto: Apurar as condições do transporte escolar de Jaraguari/MS, a partir do Relatório de Vistoria do FUNDEB/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002981-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: 2 JHS Administradora de Bens S/A - Assunto: Apurar o desmatamento de 77,88 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na propriedade rural denominada fazenda Girassol, situada em Coxim, de 2 JHS Administradora de Bens S/A.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003348-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Câmara Municipal de Vereadores de Rio Brilhante, Serv Constru Construção e Serviços Ltda. - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública consistente, em tese, na formalização ilegal de termos aditivos ao contrato original e pagamentos indevidos pela Câmara Municipal de Rio Brilhante/MS à empresa Serv Constru Construção e Serviços Ltda., para a prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e copeiragem, nos anos de 2012 a 2015. (IC nº 07/2016, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000071-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Laerte Paes Coelho - “Laertão”, localizado no município de Costa Rica/MS, que será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série A - Edição 2019.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002410-7 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Roberto José Ribeiro - Assunto: Apurar a perfuração e exploração ilegal de poço de água pela pessoa de Roberto José Ribeiro, no imóvel localizado na Avenida Genaro da Costa Matos, s/n, Deodápolis/MS.

Campo Grande, 5 de junho de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 088/2019-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA a DECADÊNCIA** do direito de ser empossados da candidata **MARILIA SOARES MORAES**, aprovada em 6º lugar no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, referente ao curso de Administração, Nível Pós-Graduação, da comarca de Campo Grande, uma vez que tal candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Aviso de Convocação nº 080/2019-GED, publicado no DOMP nº 1978, de 29 de maio de 2019.

Campo Grande, 4 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

AVISO Nº 089/2019-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, no local, dia e horário mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados no capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no item 3 desse aviso.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande – MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo.

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

| DATA | HORÁRIO | CANDIDATO | POSIÇÃO |
|------------|---------|----------------------------------|---------|
| 17/06/2019 | 14h | FABIO CESAR DOS SANTOS | 7ª |
| 17/06/2019 | 14h30m | PEDRO LUIZ MILHOMEM SANTOS PAULO | 8ª |

CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO

Turno matutino

| DATA | HORÁRIO | CANDIDATO | POSIÇÃO |
|------------|---------|--------------------------------|---------|
| 17/06/2019 | 10h | WEBER VELOSO MOURÃO | 1ª |
| 17/06/2019 | 10h30m | ALEXANDER RODRIGUES DO IMPERIO | 2ª |

2. CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO

LOCAL: Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado, situada na Avenida dos Estudantes, nº 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

| DATA | HORÁRIO | CANDIDATO | POSIÇÃO |
|------------|---------|-----------------------------|---------|
| 17/06/2019 | 14h | ANNAYZA MENDES DA CONCEIÇÃO | 3ª |

3. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO |
|------|--|
| 1 | Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF; |
| 2 | Declaração ou certidão de matrícula atualizada , emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações) ; |
| 3 | Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico; |
| 4 | Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; |
| 5 | Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP; |
| 6 | Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado; |
| 7 | Atestado de exame ABO-RH; |
| 8 | Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança) ; |
| 9 | 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes; |
| 10 | Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada; |
| 11 | Declaração de não participação em diretoria de Partido Político; |
| *12 | Diploma em curso Nível Superior – Graduação; |
| *13 | Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado. |

(*) Documentos específicos para estagiários de Nível de Pós-Graduação.

Cumpra observar que diante de previsão expressa no Edital nº 001/2018-GED, no capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é estagiariosadm@mpms.mp.br.

Campo Grande, 4 de junho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PGJ/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/PGJ/2018 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.872 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018 (PÁGINA 20) E NO DOMP-MS Nº 1.922 DE 7 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINAS 9 A 10) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/3574/2018.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 – COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME, representada por **Silvio Cesar Ferreira Serejo**;

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 40/PGJ/2018.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral envasada (Lote I) e gás liquefeito de petróleo (botijão) - Lote II, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE I

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|---|---------|-----------------------------|----------------------|
| 1 | Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL. Empresa Vencedora: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME | Unidade | 12.400 | 7,76 |
| 2 | Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafa descartável transparente com no mínimo 500 ml. Pacote com 12 unidades. Marca: POR DO SOL. Empresa Vencedora: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME | Unidade | 1.200 | 5,76 |
| 3 | Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em copo transparente descartável com no mínimo 180 ml. Marca: POR DO SOL. Empresa Vencedora: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME | Unidade | 720 | 0,16 |
| 4 | Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente descartável, com 5 (cinco) litros. Marca: POR DO SOL. Empresa Vencedora: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME | Unidade | 1.000 | 1,92 |

LOTE II

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO | UNIDADE | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|------|---|---------|-----------------------------|----------------------|
| 1 | Gás liquefeito de petróleo, acondicionado em botijão de 13 Kg (recarga). Marca: COPAGAZ. Empresa Vencedora: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME | Unidade | 120 | 68,00 |

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de dezembro de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/PGJ/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PGJ/2018 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.872 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018 (PÁGINAS 14 A 19), NO DOMP-MS Nº 1.922 DE 7 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINAS 10 A 15) E NO DOMP-MS Nº 1923 DE 8 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINAS 8 A 12) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/3658/2018.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 – J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI - ME, representada por **Danielle Herradon Castro de Souza**. Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 44/PGJ/2018.

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais para instalações hidrossanitárias (esgoto), ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS | UNID. | PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) |
|----------|--|---------|-----------------------------|----------------------|
| 1 | Kit Reparo para Válvula de Descarga marca Deca, 50mm/1.1/2" (polegadas). Marcas de referência: Deca Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 100 | 28,50 |
| 2 | Kit Reparo para Válvula de Descarga marca Docol 50mm/1.1/2" (polegadas). Marcas de referência: Docol, Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 100 | 28,50 |
| 3 | Kit Universal para reparo de Caixa Acoplada com acionamento superior. Marca: Censi. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 100 | 76,89 |
| 4 | Tubo em PVC, 40mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 10,82 |
| 5 | Tubo em PVC, 50mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 18,20 |
| 6 | Tubo em PVC, 75mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 23,95 |
| 7 | Tubo em PVC, 100mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. | Unidade | 50 | 22,30 |

| | | | | |
|----|---|---------|----|----------------|
| | Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | | | |
| 8 | Tubo em PVC, 150mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 30 | Não registrado |
| 9 | Tubo em PVC, 200mm, na cor branca, para esgoto, barra de 3 metros, superfície interna lisa. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____ | Unidade | 30 | Não registrado |
| 10 | Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 40mm, incluso anéis de borracha para vedação (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 5,00 |
| 11 | Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 50mm incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 7,20 |
| 12 | Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 75mm, incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____ | Unidade | 50 | Não registrado |
| 13 | Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 100mm, incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 14 | Luva de correr para tubo soldável branco em PVC, diâmetro 150mm incluso anéis de borracha para vedação, (duas unidades por peça). Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 22,96 |
| 15 | Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 40mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 0,78 |
| 16 | Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 50mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____ | Unidade | 50 | Não registrado |
| 17 | Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 75mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 3,64 |
| 18 | Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 100mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. | Unidade | 50 | Não registrado |

| | | | | |
|----|--|---------|----|----------------|
| | Marca: _ | | | |
| 19 | Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 150mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 19,90 |
| 20 | Luva simples para tubo em PVC branco, diâmetro 200mm. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 25,15 |
| 21 | Joelho 90° com anel de borracha incluso, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 2,70 |
| 22 | Joelho 90°, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 0,75 |
| 23 | Joelho 90°, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 24 | Joelho 90°, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 3,86 |
| 25 | Joelho 90°, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 3,94 |
| 26 | Joelho 90°, 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 34,38 |
| 27 | Joelho 90°, 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 97,50 |
| 28 | Curva 90°, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 2,96 |
| 29 | Curva 90°, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |

| | | | | |
|-----------|--|---------|----|----------------|
| 30 | Curva 90°, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 31 | Curva 90°, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 30,00 |
| 32 | Curva 90°, 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 99,99 |
| 33 | Curva 90°, 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____ | Unidade | 30 | Não registrado |
| 34 | Joelho 45°, 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 1,10 |
| 35 | Joelho 45°, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____ | Unidade | 50 | Não registrado |
| 36 | Joelho 45°, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 4,88 |
| 37 | Joelho 45°, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: _____ | Unidade | 30 | Não registrado |
| 38 | Joelho 45°, 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 37,60 |
| 39 | Joelho 45°, 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 79,20 |
| 40 | Tê 40 x 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 1,45 |
| 41 | Tê 50 x 50 mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 4,40 |

| | | | | |
|-----------|--|---------|----|----------------|
| 42 | Tê 75 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 43 | Tê 100 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 8,50 |
| 44 | Tê 100 x 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 8,89 |
| 45 | Junção 50 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 46 | Junção 75 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 47 | Junção 100 x 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 11,90 |
| 48 | Junção 1000 x 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 49 | Cap 40mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 1,72 |
| 50 | Cap 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 51 | Cap 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 52 | Cap 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 4,90 |
| 53 | Cap 150mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 24,72 |
| 54 | Cap 200mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 58,00 |

| | | | | |
|----|--|---------|-----|----------------|
| 55 | Terminal de ventilação, 50mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 30 | Não registrado |
| 56 | Terminal de ventilação, 75mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Tigre. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 30 | 7,80 |
| 57 | Terminal de ventilação, 100mm, em PVC branco, para esgoto. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 30 | Não registrado |
| 58 | Caixa sifonada para esgoto, com 7 entradas, diâmetro nominal de 150 x 150 x 50mm, em PVC branco. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 59 | Porta grelha quadrado em PVC, para grelha quadrada de 150 x 150mm. Marca: Herc. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 100 | 4,66 |
| 60 | Porta grelha quadrado em PVC, para grelha quadrada de 100 x 100mm. Marca: Herc. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 100 | 3,30 |
| 61 | Válvula de retenção para esgoto 100mm, em PVC branco. Marcas de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 50 | 93,00 |
| 62 | Válvula de retenção para esgoto 150mm, em PVC branco. Marca de referência: Tigre, Amanco e Krona. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 63 | Tampa em ferro fundido, com porta tampa, para caixa de gordura de 40 x 40cm. Marca: | Unidade | 50 | Não registrado |
| 64 | Sede para válvula de descarga marca Deca modelo Hydra Max. Marcas de referência: Deca, Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 100 | 29,40 |
| 65 | Contra sede para válvula de descarga marca Deca modelo Hydra Max. Marcas de referência: Deca, Blukit e Censi. Marca: Censi. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME. | Unidade | 100 | 35,40 |

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de dezembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0008/2019/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000860-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco Bradesco S/A – com sede na Avenida Afonso Pena, n. 2230 – Campo Grande-MS

Assunto: Apurar eventual desrespeito à decisão judicial e configuração de dano moral coletivo pela demora no atendimento das filas no Banco Bradesco.

Campo Grande/MS, 04 de junho de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0009/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000861-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco do Brasil S/A – com sede na Avenida Afonso Pena, nº 2202, Centro, Campo Grande - MS

Assunto: Apurar eventual desrespeito à decisão judicial e configuração de dano moral coletivo pela demora no atendimento das filas no Banco do Brasil.

Campo Grande/MS, 04 de junho de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000862-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco Santander S/A – com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 1030, Centro, Campo Grande-MS

Assunto: Apurar eventual desrespeito à decisão judicial e configuração de dano moral coletivo pela demora no atendimento das filas no Banco Santander.

Campo Grande/MS, 04 de junho de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003416-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M20 Produções – com sede na Rua Otorino Vieira, nº 57, Campo Grande-MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas remarcações de shows produzidos pela M20 Produções.

Campo Grande/MS, 05 de junho de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 18/2019.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00001927-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Hotéis W Dias Ltda. – Indaiá Park Hotel, Wanderlei Antônio Martins e Luiz Antônio Martins.

Objeto: Acompanhar o cumprimento de acordo judicial firmado entre o Ministério Público Estadual e Hotéis W Dias Ltda. – Indaiá Park Hotel, nos autos de Cumprimento de Sentença n. 0900573-73.2018.8.12.0001.

Campo Grande, 05 de junho de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

CORUMBÁ

EDITAL 0025/2019/05PJ/CBA**Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000785-6**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2019.00000785-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Augusto do Amaral

Requeridos: Município de Corumbá

Assunto: Apurar eventual sobrepreço na aquisição de kits de natal pelo Município de Corumbá para distribuição aos seus servidores, bem como a indevida utilização de verbas rubricadas para fins diversos –Pregão Presencial nº 134/2018 - Processo nº 43.230/2018.

Corumbá/MS, 04 de junho de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL 0017/2019/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados toma pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002955-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual falta de infraestrutura básica nos Bairros Campo Belo I e II, de Dourados/MS, como posto de saúde, saneamento básico, escolas públicas, transporte público de qualidade, dentre outros.

Dourados, 05 de junho de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0022/2019/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000689-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório Nº 06.2019.00000689-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Denilson Domingos Rosa.

Assunto: Apurar a utilização de veículo e combustível da municipalidade para fins pessoais.

Cassilândia-MS, 03 de junho de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2019/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000829-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000829-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia - MS e outros.

Assunto: Apurar a irregularidade do vínculo jurídico dos agentes comunitários de saúde com a administração pública municipal.

Cassilândia-MS, 03 de junho de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

COXIM

INQUÉRITO CIVIL 06.2018.00001099-0

Assunto: apurar o pagamento de adicional de produtividade em desconformidade com o que estabelece o art. 119 do Estatuto dos Servidores Públicos de Alcinoópolis – Lei Complementar 001/2000.

RECOMENDAÇÃO nº 003/2019/1ªPJ-COXIM
Ref. Inquérito Civil 06.2018.00001099-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos VI e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”;

CONSIDERANDO que “em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito¹”;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público²”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s);

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameçam ou lesionam³”;

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independentemente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, os administradores públicos devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi editada a Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das

1 MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

2 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2.ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

3 GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODVIM: 2014, p. 787.

sanções aplicáveis aos agentes políticos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que todo agente público e político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para a Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíba;

CONSIDERANDO que instaurou-se na data de 03 de outubro de 2018, perante a 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, o Inquérito Civil n. 06.2018.00001099-0, visando apurar o pagamento de adicional de produtividade em desconformidade com o que estabelece o art. 119 do Estatuto dos Servidores Públicos de Alcinópolis – Lei Complementar 001/2000;

CONSIDERANDO que por meio do Ofício nº 506/2017 (fl.17), foi possível constatar que o valor referente ao pagamento de produtividade dos servidores do município é ato discricionário do Secretário de cada Pasta, inexistindo critérios pré-estabelecidos para cada função e/ou cargo.

CONSIDERANDO que o pagamento da produtividade é realizado com fundamento no art. 119 c/c art. 103 da Lei Complementar nº 001/2000 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

CONSIDERANDO que o art. 119 dispõe que *“o adicional de produtividade será pago ao servidor que, no exercício das atribuições do seu cargo, atuar diretamente no programa especial de incentivo a produtividade, em áreas em atividade que, a critério da administração e no interesse do serviço, possa obter melhores resultados de produção, sem aumento de número de servidores, na forma estabelecida em regulamento”*, grifo nosso.

CONSIDERANDO que o pagamento de tal adicional aos servidores sem critérios pré-fixados em regulamento, viola o dispositivo legal supramencionado, caracterizando conduta lesiva ao erário;

CONSIDERANDO que se trata de um ato vinculado, pois dispõe sobre destinação de verbas públicas;

CONSIDERANDO, portanto, que eventuais responsáveis e beneficiários da irregularidade podem ser responsabilizados por ato de improbidade administrativa;

RESOLVE, em defesa da sociedade, do patrimônio público e social e, em observância ao princípio da legalidade, RECOMENDAR À PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS, na pessoa do Prefeito, Senhor Dalmy Crisotomo da Silva, com objetivo de evitar eventual demanda judicial para a responsabilização das autoridades competentes:

1) que se abstenha de efetuar o pagamento do adicional de produtividade sem critérios pré-estabelecidos, somente retomando o pagamento de valores após elaboração de regulamento fixando condições e/ou metas aos servidores que fazem *jus* à benesse, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para que se manifeste quanto ao acolhimento, ou não da recomendação;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, devendo ser encaminhados, fundamentadamente, os motivos de eventual recusa, na forma do disposto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, e no artigo 45, parágrafo único, da Resolução n. 015/2007-PGJ/MS, sob pena da adoção das medidas judiciais cabíveis.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Decorrido o prazo de dez dias, sem resposta acerca da aceitação da presente Recomendação, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Coxim/MS, 03 de junho de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor De Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0011/2019/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001876-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Acompanhamento da execução do Projeto Prendas do Cerrado (julho/2019 a dezembro/2020).

São Gabriel do Oeste, MS, 29 de maio de 2019.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO
Promotora de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL N.º 004/2019/3ªPJ-SDN

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://mpms.mp.br/ouvidoria/consultaprocedimento> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000356-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Município de Sidrolândia, empresa "MDWebMarketing" e Áquis Júnior Soares.

Assunto: Apurar a existência de irregularidades no contrato de prestação de serviços firmado entre o Município de Sidrolândia (MS) e a empresa MDWEBMARKETING, ante a notícia de que o serviço não fora prestado, especialmente a forma de contratação, pagamento e a qualidade do serviço prestado, bem como eventual prática de ato de improbidade administrativa, na forma do artigo 9º e artigo 11, ambos da Lei n.8.429/92.

Sidrolândia/MS, 04 de junho de 2019.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EXTRATO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 03/06/2019.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.000004161-7

REFERENTE à realização de Audiência Pública, regularmente convocada pelo Ministério Público Estadual em Anaurilândia/MS, no interesse do procedimento administrativo em epígrafe.

OBJETO: A audiência pública foi realizada com a finalidade de o Município prestar contas de todos os gastos efetuados com os juros do recurso, oriundo do acordo celebrado com a CESP aos moradores do distrito do Quebracho e dos assentamentos próximos daquela localidade.

PARTICIPANTES: Ministério Público Estadual, representado pelo Promotor de Justiça, ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI, os vereadores, o prefeito, os secretários municipais de Anaurilândia e demais cidadãos que compareceram espontaneamente.

CONCLUSÃO: foram explanados pelos secretários municipais de cada pasta seus projetos e feitos, abriu-se ao público, que teve a oportunidade de se manifestar nesta audiência pública, bem como formular perguntas. Foi exposta a prestação de contas da Reserva de Longa Permanência e da utilização dos rendimentos aplicados.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2019.

ASSINATURA: ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI.

Anaurilândia, 04 de junho de 2019.